



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 24 de março de 2021

I

Série

Número 54

Suplemento

Sumário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Resolução n.º 15/CODA/2021

Procede à alteração orçamental da despesa do orçamento privativo da Assembleia Legislativa da Madeira, no montante total de € 107.000,00.

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 129/2021

Aprova o Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículos da Região Autónoma da Madeira, no âmbito do “PRIAV-RAM”.

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Portaria n.º 130/2021

Autoriza a redistribuição dos encargos orçamentais relativos à aquisição de serviços de assistência técnica e manutenção completa ao elevador da Escola EB 123/PE Bartolomeu Perestrelo.

Portaria n.º 131/2021

Autoriza a distribuição dos encargos orçamentais relativos à aquisição de serviços Contrato de Aquisição de Serviços para Prevenção e Eliminação de Pragas (desbaratização, desratização e desinsetização) e Manutenção e Limpeza de Equipamentos Insetocaçadores (unidades eletrónicas de controlo de insetos voadores) da Escola EB 123/PE Bartolomeu Perestrelo.

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

Portaria n.º 132/2021

Redistribui e altera os encargos orçamentais previstos na Portaria n.º 643/2020, de 8 de outubro, para a aquisição de material para cifoplastias, para o SESARAM, EPERAM, pelo prazo de 1 ano com possibilidade de renovação por idênticos períodos, até ao limite máximo de 3 anos de vigência, com o preço base global de EUR 1.331.025,00.

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Portaria n.º 133/2021

Autoriza a distribuição dos encargos orçamentais relativos ao Contrato-Programa a celebrar entre a Região Autónoma da Madeira, através da Vice-Presidência do Governo, e a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., tendo em vista a comparticipação de despesas de investimento desta sociedade, com início no ano de 2021, no valor global de € 8 450 000,00.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Resolução n.º 15/CODA/2021

Atendendo à informação do Departamento Financeiro com a indicação da necessidade de assegurar o correto cabimento de diversas despesas, de acordo com a sua natureza económica, o Conselho de Administração, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M, de 7 setembro, na redação conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2017/M, de 23 de maio, resolve aprovar o seguinte:

Que se proceda à alteração orçamental da despesa do orçamento privativo da Assembleia Legislativa da Madeira, no montante total de € 107.000,00 (cento e sete mil euros) de acordo com os mapas em anexo e que fazem parte integrante desta Resolução.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 1 de fevereiro de 2021.

O Conselho de Administração, Ricardo José Gouveia Rodrigues, António Rui Abreu de Freitas e Ana Carolina Canha Malheiro

Mapa anexo à Resolução N.º 15/CODA/2021, de 1 de fevereiro
Nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M, de 7 setembro, na redação conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2017/M, de 23 de maio.

CÓDIGO DO SERVIÇO	CENTRO FINANCEIRO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										ANULAÇÃO	REFORÇO	EUROS			
		CL-ORGÂNICA			CL. ECONÓMICA	AL.	S/AL	FONTE DE FINANCIAMENTO	PROGRAMA	MEDIDA	ATIVIDADE OU PROJEITO				FUNDO	CL. FUNC.	DESIGNAÇÃO
		SEC	CAP	DIV													
1000	M100100	41	01	01	00								Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira				
				01.00.00									Despesas como pessoal				
				01.01.00									Remunerações certas e permanentes				
				01.01.07	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Remunerações certas e permanentes	2 000,00	2 000,00		
				01.01.08	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Pessoal em regime de tarifa ou avença				
				01.01.15	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Pessoal aguardando aposentação				
				01.02.00	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Remunerações por doença e maternidade/paternidade				
				01.02.04	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Abonos variáveis ou eventuais				
				01.02.04	A0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Ajudas de custo				
				02.00.00									Deputados				
				02.02.00									Aquisição de bens e serviços				
				02.02.01									Aquisição de serviços				
				02.02.01	A0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Encargos das instalações	3 000,00			
				02.02.04	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Água	6 000,00			
				02.02.04	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Locação de edifícios	5 000,00			
				02.02.05	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Locação de material de informática				
				02.02.09	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Comunicações				
				02.02.09	A0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Acessos à Internet	10 000,00			
				02.02.09	D0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Comunicações móveis	1 500,00			
				02.02.09	E0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Outros serviços de comunicações	9 000,00			
				02.02.10	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Transportes				
				02.02.10	Z0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Outros	10 000,00			
				02.02.12	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Seguros				
				02.02.12	B0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Outras - seguros não relacionados com estas situações	1 500,00			
				02.02.13	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Deslocações e estadas				
				02.02.13	A0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Deslocações e estadas - outras				
				02.02.14	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria				
				02.02.14	D0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria - outros	10 000,00			
				02.02.19	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Assistência técnica				
				02.02.19	A0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Assistência técnica: Impresoras / Fotocopiadoras / Scan	5 000,00			
				02.02.19	C0	382	058	261	1011	1011	1.1.1		Assistência técnica: Outros	10 000,00			
				02.02.20	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Outros trabalhos especializados				
				02.02.20	C0	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Outros trabalhos especializados	15 000,00			
				02.02.20	C0	382	058	261	1011	1011	1.1.1		Outros trabalhos especializados	10 000,00			
				04.00.00									Transferências correntes				
				04.00.00									Transferências correntes				
				04.01.00									Sociedades e quase-sociedades não financeiras				
				04.01.02	00	311	058	261	1011	1011	1.1.1		Privadas	24 000,00			
				04.08.00									Famílias				
				04.08.02									Outras				
				04.08.02	B0	C0	058	261	1011	1011	1.1.1		Outras				
				04.08.02									Outras				
													TOTAL	107 000,00	107 000,00		

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E
SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA**

Portaria n.º 129/2021

de 24 de março

O Programa de Incentivo ao Abate de Veículos da Região Autónoma da Madeira (“PRIAV-RAM”) foi criado, no âmbito do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro de 2020.

Constitui objetivo do “PRIAV-RAM” assegurar o abate de veículos em fim de vida (VFV), sob a forma de apoio financeiro a fundo perdido, concedido pelo Governo Regional aos proprietários dos mesmos, privilegiando a aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais.

Considerando que é fundamental para o desenvolvimento sustentável de um território insular, como é o caso da Região Autónoma da Madeira, reduzir as emissões de dióxido de carbono através da redução do número de veículos com idade superior a 10 anos e dessa forma assegurar uma melhoria da qualidade do ar, a redução de ruído e a desaceleração do processo de alterações climáticas, mas também exortar a padrões de produção e de consumo mais favoráveis para o ambiente.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 80.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2021, conjugado com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º e na alínea i) do n.º 1 do artigo 4.º, ambos do Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 19 de novembro, manda o Governo Regional da Madeira, através do Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Economia, o seguinte:

1. É aprovado em anexo à presente Portaria o Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículos da Região Autónoma da Madeira, no âmbito do “PRIAV-RAM”, ao abrigo do estatuído no artigo 80.º do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2021, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro.
2. A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e Secretaria Regional de Economia, no Funchal, aos 23 dias do mês de março de 2021.

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

O SECRETÁRIO REGIONAL DE ECONOMIA, Rui Miguel da Silva Barreto

Anexo da Portaria n.º 129/2021, de 24 de março

Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículos na Região Autónoma da Madeira

Artigo 1.º
Objeto

- 1 - O presente Regulamento tem por objeto definir as condições de acesso ao programa de incentivo ao

abate de veículos automóveis em fim de vida (VFV) mediante o comprovativo da sua substituição através da aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais, na Região Autónoma da Madeira (RAM), bem como, os procedimentos a observar para a instrução do pedido de apoio.

- 2 - O incentivo traduzir-se-á numa comparticipação financeira ao referido abate, privilegiando a substituição da viatura através da aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais, aos beneficiários elegíveis, nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 3.º do presente Regulamento, desde que estejam preenchidos todos os requisitos legais exigíveis, estabelecidos no artigo 5.º do mesmo diploma.
- 3 - Para o efeito e complementarmente, será outorgado um protocolo entre a RAM e as entidades intermediárias na aceção da alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º do presente Regulamento e listadas no seu Anexo III, que queiram aderir ao modelo instituído nos termos do Protocolo aprovado e constante do Anexo I ao presente Regulamento, documento este que titulará a relação de compromisso entre as partes.

Artigo 2.º
Âmbito territorial

O incentivo para o abate de um veículo em fim de vida (VFV) privilegiando a aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais é concedido aos beneficiários elegíveis que, comprovadamente, tenham domicílio fiscal na Região Autónoma da Madeira, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º e reúnam as condições exigidas nos termos do artigo 5.º, todos do presente Regulamento.

Artigo 3.º
Definições

- 1 - Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:
 - a) “Veículo Usado”, os veículos não importados que reúnam as seguintes condições:
 - a. veículo automóvel até 4 anos;
 - b. quilometragem máxima de 60.000,00 km;
 - c. histórico de inspeções periódicas obrigatórias completo e atualizado;
 - d. seja acompanhado de um Certificado emitido por empresa credenciada de acordo com o previsto no ponto 3.1 do artigo 5.º do presente Regulamento.
 - b) “Beneficiário elegível”, para efeitos do abate de veículo em fim de vida (VFV), são elegíveis as pessoas singulares e as pessoas coletivas com domicílio fiscal na RAM;
 - c) “Fluxo PRIAV-RAM”, consiste num formulário eletrónico inserido no portal do Governo Regional da Madeira, designado de “SIMplifica”, que se destina à tramitação do procedimento administrativo subjacente à atribuição do presente incentivo ao abate de veículo em fim de vida (VFV) e à posterior monitorização;
 - d) “Veículo em Fim de Vida (VFV)”, os veículos considerados resíduos nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que estabelece o

regime geral de gestão de resíduos, e do Decreto n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão dos fluxos específicos de resíduos, ou aqueles que apresentando condições para circulação tenham idade igual ou superior a 10 anos;

- e) “Entidade Intermediária”: Os Operadores de Gestão de Resíduos que se encontram devidamente licenciados, pela Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), para o abate de veículos em fim de vida (VFV), nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que estabelece o regime geral de gestão de resíduos, e do Decreto n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão dos fluxos específicos de resíduos, designadamente dos VFV, que após a assinatura do protocolo de cooperação previsto no Anexo I ao presente Regulamento, constituem-se as entidades responsáveis pela mediação e pagamentos entre o beneficiário e o Governo Regional, e consequentemente, pela validação de toda a documentação exigida e pela sua submissão no “Fluxo PRAIAV-RAM” concretizando assim a formalização da candidatura.
- 2 - Para efeitos da atribuição do presente incentivo, considera-se que é residente fiscal ou que possui domicílio fiscal na RAM:
- a) Todas as pessoas singulares que, à data do abate do veículo em fim de vida (VFV) e de aquisição do veículo novo ou usado mais eficiente em termos energéticos e ambientais, que comprovem que têm residência habitual naquele território, por período superior a 183 dias, estando também aí registado para efeitos fiscais;
- b) Na impossibilidade de determinar a permanência a que se refere a alínea anterior, são ainda considerados residentes naquele território as pessoas singulares que ali tenham o seu principal centro de interesses, considerando-se como tal o lugar determinável nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.
- 3 - Considera-se ainda que tem domicílio fiscal na RAM, todas as pessoas coletivas que tenham sede ou direção efetiva naquele território e que neste, comprovadamente, obtenham a maior parte dos seus rendimentos.
- 4 - A prova da residência ou domicílio fiscal, a que se referem os números anteriores, é efetuada através da apresentação de certidão emitida para o efeito pela Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da Região Autónoma da Madeira (AT-RAM).
- 5 - A prova relativa ao local de obtenção dos rendimentos a que se refere o n.º 3 do presente artigo é efetuada através da apresentação da declaração periódica de rendimentos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - Modelo 22.

- 6 - Para efeitos de enquadramento das pessoas coletivas, entenda-se pessoa coletiva como sendo uma sociedade nas várias formas jurídicas em que o capital da empresa não poderá ser público.

Artigo 4.º

Caracterização do incentivo

- 1 - O incentivo instituído pelo presente Regulamento tem por objetivo dar continuidade às prioridades estabelecidas pelo Governo Regional da Madeira no domínio ambiental, através do estímulo ao abate de veículos em fim de vida (VFV) privilegiando a sua substituição através da aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais.
- 2 - Este incentivo não é cumulável com qualquer outro apoio da mesma natureza, independentemente do organismo público concedente.
- 3 - O presente apoio é cumulável com os benefícios fiscais existentes, incluindo os que se destinem ao abate de veículos em fim de vida (VFV), por pessoas com deficiência física.
- 4 - A dotação orçamental para o apoio a conceder ao abrigo do presente regulamento é, para o ano de 2021, no montante global total de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), estando inscrita no orçamento da Secretaria Regional de Economia.
- 5 - Caso seja atingido o montante global total referido no número anterior, antes de terminado o prazo de vigência do presente regulamento, não poderão ser apresentadas mais candidaturas, salvo existindo reforço do montante global total, caso em que será esse o valor tido como limite para a apresentação de candidaturas.

Artigo 5.º

Requisitos e documentos para atribuição do incentivo

- 1 - O incentivo ao abate do veículo em fim de vida (VFV) a atribuir é concedido, única e exclusivamente, mediante o comprovativo da sua substituição demonstrado através da aquisição de um veículo novo ou usado mais eficiente em termos energéticos e ambientais.
- 2 - À data da candidatura o beneficiário elegível, deve comprovar, cumulativamente:
 - 2.1 Quanto ao veículo a abater:
 - a) A sua propriedade há pelo menos seis meses, contada da data da candidatura;
 - b) Que a idade do mesmo é igual ou superior a 10 anos;
 - c) Que se encontra livre de ónus e encargos;
 - d) E que procedeu à sua entrega para abate nos centros que se encontram previstos no Anexo III do presente Regulamento e nas condições legalmente previstas para o efeito.
 - 2.2 Quanto ao veículo substituto a adquirir, novo ou usado, deve comprovar a sua aquisição e a sua melhor eficiência em termos energéticos e ambientais comparativamente ao veículo abatido.

- 3 - O incentivo a conceder encontra-se dependente da entrega pelo beneficiário elegível à entidade intermediária, da seguinte documentação:
 - a) Tratando-se de requerente pessoa singular, fotocópia de documento comprovativo da identidade do candidato, designadamente, cartão de cidadão; bilhete de identidade ou passaporte, acompanhados de fotocópia do respetivo cartão de identificação fiscal;
 - b) Tratando-se de requerente pessoa coletiva, fotocópia de certidão emitida por entidade competente, designadamente, a Conservatória do Registo Comercial e, fotocópia dos documentos de identificação dos seus representantes legais, em conformidade com o referido na alínea anterior;
 - c) Às pessoas coletivas, é exigida ainda a fotocópia da última declaração periódica de rendimentos de IRC (Modelo 22) apresentada e respetivo comprovativo de entrega;
 - d) Certidão emitida pela AT-RAM referente ao domicílio fiscal do requerente com observância do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do presente Regulamento;
 - e) Certidão válida de situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira ou autorização para a respetiva consulta;
 - f) Certidão válida de situação contributiva regularizada perante a Segurança Social ou autorização para a respetiva consulta;
 - g) Comprovativo de que o candidato não beneficia da atribuição de apoio de natureza idêntica, independentemente da entidade pública concedente, podendo este documento ser substituído por declaração de compromisso de honra em conformidade com o Anexo II ao presente regulamento do qual faz parte integrante;
 - h) Declaração de acordo com a minuta constante do Anexo II ao presente Regulamento, designadamente, para efeitos de consentimento na recolha, tratamento e transmissão de dados pessoais, em conformidade com o estabelecido na Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);
 - i) Comprovativo de que o candidato é proprietário do veículo, pelo menos, nos seis meses anteriores à data da candidatura;
 - j) Cópia do Certificado de Matrícula/ Documento Único Automóvel que comprove a idade do veículo;
 - k) Cópia do Certificado de Destruição válido ou Declaração da Autoridade Tributária Aduaneira em como o veículo foi destruído sob controlo aduaneiro.
 - l) Documento comprovativo da aquisição de veículo automóvel substituto do abatido, acompanhado da respetiva declaração com a indicação de que o veículo substituto é mais eficiente em termos energéticos e ambientais do que o veículo abatido.
 - 4 - A entidade intermediária deverá solicitar ao beneficiário elegível, antes da formalização da candidatura, os documentos mencionados nas alíneas contantes do número 3 do artigo 5.º.
 - 5 - No âmbito do procedimento inerente à atribuição do incentivo ao abate do veículo em fim de vida (VFV), o beneficiário elegível encontra-se ainda adstrito à obrigação de colaboração com os serviços do organismo público responsável pela área dos transportes terrestres, nomeadamente no que se refere à prestação dos esclarecimentos solicitados por esta entidade.
 - 6 - Todas as alterações requeridas pelo beneficiário elegível à entidade intermediária aderente, que impliquem alterações ao veículo para abate ou para a aquisição do veículo novo ou usado, determinam a desistência da candidatura.
 - 7 - Em caso de desistência de candidatura, em virtude do estipulado no número anterior, poderá a entidade intermediária aderente apresentar nova candidatura do mesmo beneficiário elegível, desde que para o efeito cumpra com todos os requisitos exigidos nos termos dos artigos 3.º e 5.º do presente regulamento, e a mesma seja feita, até ao prazo máximo de 10 dias úteis, antes do fim da vigência do regulamento, salvo se tiver sido atingido o limite estabelecido no n.º 4 do artigo 4.º do presente regulamento.
- Artigo 6.º**
Limites e exclusões na atribuição
- 1 - O Programa de Incentivo ao Abate de Veículos da Região Autónoma da Madeira “PRIAV-RAM”, promove a atribuição de um incentivo ao abate de veículos automóveis com idade superior a 10 anos mediante o comprovativo da sua substituição através da compra de um veículo novo ou usado mais eficiente em termos energéticos e ambientais, cujo valor máximo e único a atribuir por beneficiário é de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), quer se trate de pessoas singulares ou coletivas.
 - 2 - O incentivo, quando atribuído a pessoa coletiva ou de natureza comercial, deverá ser objeto de comunicação prévia à Agência de Desenvolvimento e Coesão, por parte do organismo público responsável pela área dos transportes terrestres, a fim de ser confirmado o cumprimento legal e limites impostos pelo Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro, não podendo exceder os limites máximos previstos no Regulamento da Comissão n.º 1998/2006, de 15 de dezembro, e os limites de intensidade de apoio ao investimento estabelecidos no artigo 19.º do Regulamento da Comissão n.º 800/2008, de 6 de agosto.
- Artigo 7.º**
Formalização da candidatura pelas entidades intermediárias
- 1 - No caso de se mostrarem preenchidos os requisitos legais previstos no presente Regulamento para efeitos da atribuição do apoio, as entidades intermediárias, no momento do abate do veículo em fim de vida (VFV) devem:
 - a) Validar toda a documentação exigida nos termos do disposto no número 3 do artigo 5.º do presente Regulamento;

- b) Aceder ao “Fluxo PRAIAV-RAM” através da plataforma eletrónica “SIMplifica”, inserir toda a informação obrigatória para a concessão do presente apoio, procedendo ao carregamento da documentação exigida;
 - c) Submeter no “Fluxo PRAIAV-RAM”, toda a documentação referente ao veículo em fim de vida (VFV), nomeadamente toda a documentação exigida nos termos do disposto no número 3 do artigo 5.º do presente Regulamento;
 - d) Registar no “Fluxo PRAIAV-RAM” as correções e alterações que, no decorrer do procedimento, se mostrem necessárias para a validação por parte dos serviços do organismo público responsável pela área dos transportes terrestres, com vista ao processamento e pagamento às entidades intermediárias do valor correspondente ao incentivo aprovado aos beneficiários elegíveis.
- 2 - Após a destruição e conseqüente emissão de certificado de destruição do veículo automóvel do beneficiário elegível a entidade intermediária deverá submeter no “Fluxo PRAIAV-RAM” este certificado para receber o montante do apoio para o abate do veículo em fim de vida (VFV) e assim puder efetuar o pagamento ao beneficiário elegível.
- 3 - Após o recebimento do apoio, o beneficiário elegível fica obrigado entregar uma declaração à entidade intermediária comprovativa do montante recebido, que por sua vez, a submete no “Fluxo PRAIAV-RAM”.

Artigo 8.º

Análise e aprovação das candidaturas e respetivo pagamento

- 1 - A análise e validação da candidatura deverá ser efetuada pelo organismo público responsável pela área dos transportes terrestres no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data da inserção dos elementos introduzidos pelas entidades intermediárias.
- 2 - O prazo mencionado no número anterior suspende-se nas situações em que sejam formulados pedidos de esclarecimento ao organismo público responsável pela área dos transportes terrestres relacionados com o respetivo procedimento de atribuição de apoio.
- 3 - Após a aprovação da candidatura, o pedido de pagamento é enviado ao organismo do Governo Regional responsável pela área das finanças para processamento e a transferência bancária das verbas para as entidades intermediárias, ou seja, para os centros de abate que subscreveram o protocolo constante do Anexo III ao Regulamento, no prazo máximo de 14 dias a contar da data de submissão do pedido de pagamento no “Fluxo PRAIAV-RAM”.

Artigo 9.º

Sanções

- 1 - A falsificação de documentos ou a prática de atos ou omissões das quais resulte a violação do disposto no presente Regulamento, implicará a reposição dos montantes recebidos a título deste apoio, sem prejuízo das demais consequências legais, designadamente, de natureza criminal.

- 2 - O incumprimento por parte do beneficiário elegível de qualquer das obrigações decorrentes do presente regulamento implicará a restituição ao Governo Regional da Madeira, nos termos legais, dos montantes recebidos a título de incentivo e, bem assim, o não recebimento de outro apoio da mesma natureza.
- 3 - Caso existam valores a devolver ao Governo Regional da Madeira, pela entidade intermediária, decorrente de incumprimento de alguma das obrigações a que se encontre adstrita, nos termos do presente Regulamento e do protocolo, a devolução processar-se-á nos termos e na ordem abaixo indicada:
 - a) Por dedução às quantias de que o centro de abate seja credor e que ainda não tenham sido objeto de transferência bancária pelo Governo Regional da Madeira;
 - b) Caso não existam montantes por creditar ao centro de abate, por pagamento direto deste para o International Bank Account Number (IBAN) identificado no protocolo, no prazo máximo de 7 dias.

Artigo 10.º

Fiscalização e acompanhamento

- 1 - Compete à Inspeção Regional das Finanças (IRF) fiscalizar o cumprimento do disposto no presente regulamento.
- 2 - Compete ao organismo público responsável pela área dos transportes terrestres, através da DMT - Divisão de Mobilidade Terrestre, da Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres, da Secretaria Regional de Economia, o acompanhamento e monitorização do procedimento administrativo subjacente à atribuição do presente incentivo ao abate de veículos em fim de vida (VFV).
- 3 - O organismo público responsável pela área dos transportes terrestres encontra-se obrigado à elaboração de um relatório final de execução de onde conste o montante global de todos os apoios concedidos, bem como o número de veículos que foram abatidos ao abrigo do presente Regulamento.
- 4 - Os beneficiários elegíveis, as entidades intermediárias e demais intervenientes no procedimento de atribuição do presente apoio encontram-se obrigados ao dever de cooperação com a IRF e o organismo público responsável pela área dos transportes terrestres.

Artigo 11.º

Interpretação do regulamento e integração de lacunas

As dúvidas relativas à interpretação das normas constantes do presente Regulamento ou eventuais lacunas que do mesmo resultem são resolvidas, caso a caso, por decisão do membro do Governo Regional responsável pela área dos transportes terrestres.

Artigo 12.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, sendo aplicável às candidaturas submetidas até 31 de dezembro de 2021.

Anexo I ao Regulamento

Minuta de Protocolo de Cooperação a Celebrar com os Centros de Abate da RAM

Considerando que:

O Programa de Incentivo ao Abate de Veículos da Região Autónoma da Madeira (“PRIAV-RAM”) foi criado, no âmbito do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro de 2020, publicada no *Diário da República* n.º 253, 1.º série.

Constitui objetivo do “PRIAV-RAM” atrair o abate de veículos em fim de vida (VFV), sob a forma de apoio financeiro a fundo perdido pelo Governo Regional aos proprietários dos mesmos, privilegiando a sua substituição através da aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais.

Considerando que é fundamental para o desenvolvimento sustentável de um território insular como é o caso da Região Autónoma da Madeira, reduzir as emissões de dióxido de carbono através da redução do número de veículos automóveis com idade superior a 10 anos e dessa forma assegurar uma melhoria da qualidade do ar, a redução de ruído e a desaceleração do processo de alterações climáticas, mas também exortar a padrões de produção e de consumo mais favoráveis para o ambiente.

O n.º 3 do artigo 1.º do Regulamento Do Programa De Incentivo Ao Abate De Veículos Na Região Autónoma Da Madeira prevê a celebração de um protocolo com os Operadores de Gestão de Resíduos que se encontram devidamente licenciados, para o abate de veículos em fim de vida (VFV) e que queiram aderir ao modelo nele instituído.

Entre,

A Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional da Economia, NIPC n.º, com sede à Rua, neste ato representada pelo, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada em Conselho de Governo, a que se refere a Resolução n.º .../2021 de ..., doravante designada como Primeira Outorgante,

E

A” (nome do operador), na qualidade de entidade intermediária, com sede à, número de identificação de pessoa coletiva, representada neste ato por, com qualidade e poderes para o ato, conforme certidão comercial ... e/ou deliberação tomada em ... a que se refere a ata número, apresentada para o efeito, doravante designada como Segunda Outorgante;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Cooperação que se rege pelo Regulamento do Incentivo ao Abate de Veículos da Região Autónoma da Madeira (“PRIAV-RAM”), aprovado pela Portaria n.º .../2021, de de, e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
(Objeto)

- 1 - O presente Protocolo tem por objeto estabelecer uma cooperação técnica e financeira entre as partes outorgantes, para a concretização do modelo do apoio ao abate de veículos em fim de vida (VFV), a conceder aos beneficiários elegíveis, nos termos do Regulamento Do Programa De Incentivo Ao Abate De Veículos Na Região Autónoma Da Madeira, doravante abreviadamente designado de Regulamento.

- 2 - Faz parte integrante do presente Protocolo o Regulamento Do Programa De Incentivo Ao Abate De Veículos Na Região Autónoma Da Madeira, que se dá por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA
(Âmbito de Cooperação Financeira)

- 1 - Pelo presente protocolo e no âmbito do Regulamento, a Primeira Outorgante compromete-se a conceder um apoio ao abate de veículos em fim de vida (VFV) quando seja comprovada a sua substituição através da aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais, com observância do limite máximo por veículo e por beneficiário, definido no Regulamento, ou seja, 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), quer para beneficiários pessoas singulares, como também para pessoas coletivas.
- 2 - Para o efeito, a Segunda Outorgante, no momento do abate do veículo pagará ao beneficiário o montante correspondente ao apoio a conceder nos termos do número anterior.

CLAÚSULA TERCEIRA
(Âmbito da cooperação técnica)

- 1 - No âmbito do presente protocolo, a Segunda Outorgante encontra-se obrigada à execução de todos os procedimentos necessários à realização das ações conducentes às intervenções objeto do mesmo.
- 2 - Ainda no âmbito do presente protocolo, a Primeira Outorgante encontra-se obrigada a prestar todo o apoio técnico necessário ao acompanhamento do respetivo procedimento com a assistência e esclarecimentos que se afigurem necessários ou que lhe forem solicitados, nos devidos termos estabelecidos no Regulamento.

CLAÚSULA QUARTA
(Obrigações da Segunda Outorgante)

- 1 - No caso de se mostrarem preenchidos os requisitos legais previstos no presente Regulamento para efeitos da atribuição do apoio, as entidades intermediárias, no momento do abate do veículo em fim de vida (VFV) e quando esteja comprovada a sua substituição através da aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais, as entidades intermediárias encontram-se obrigadas ao cumprimento das seguintes obrigações:
 - a) Validar toda a documentação exigida nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento;
 - b) Aceder ao “Fluxo PRIAV-RAM” através da plataforma eletrónica “SIMplifica”, inserir toda a informação obrigatória para a concessão do presente apoio, procedendo ao carregamento da documentação exigida;
 - c) Submeter no “Fluxo PRIAV-RAM”, toda a documentação referente ao veículo em fim de vida (VFV), nomeadamente toda a documentação exigida nos termos do disposto no número 3 do artigo 5.º do Regulamento;

- d) Registrar no “Fluxo PRAIAV-RAM” as correções e alterações que, no decorrer do procedimento, se mostrem necessárias para a validação por parte dos serviços do organismo público responsável pela área dos transportes terrestres, com vista ao processamento e pagamento às entidades intermediárias do valor correspondente ao incentivo aprovado aos beneficiários elegíveis.
- 2 - Após o pagamento pela entidade intermediária do montante do apoio para o abate do veículo em fim de vida (VFV), esta deve ainda de proceder ao carregamento no “Fluxo PRAIAV-RAM” do Recibo ou declaração do recebimento do apoio ao abate dos veículos em fim de vida (VFV), conforme disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento.
- 3 - As entidades intermediárias encontram-se ainda adstritas ao dever de colaboração com o organismo público responsável pela área dos transportes terrestres, nomeadamente na prestação de esclarecimentos e informações solicitadas no decurso do procedimento administrativo referente ao presente incentivo.

CLAÚSULA QUINTA (Obrigações da Primeira Outorgante)

- 1 - Constituem obrigações do organismo do Governo Regional responsável pela área das Finanças e da Modernização Administrativa:
- Disponibilizar o acesso, às entidades intermediárias e ao organismo público responsável pela área dos transportes terrestres, ao “Fluxo PRAIAV-RAM”, onde deverão ser inseridos todos os elementos necessários à concretização do modelo de apoio previsto no presente Regulamento;
 - Garantir a assistência técnica e a manutenção do “Fluxo PRAIAV-RAM” através do departamento do Governo Regional responsável pela área da Modernização Administrativa;
 - Emitir alertas, através do “Fluxo PRAIAV-RAM”, nas diversas fases do procedimento;
 - Analisar e validar os montantes devidos à Segunda Outorgante, após a validação pelo organismo público responsável pela área dos transportes terrestres do montante exato a transferir;
 - Efetuar o processamento e a transferência bancária das verbas à Segunda Outorgante;
 - Transferir as verbas referidas na alínea anterior no prazo máximo de 14 dias a contar da data de submissão do pedido de pagamento no “Fluxo PRAIAV-RAM”.
- 2 - Constituem obrigações do organismo do Governo Regional responsável pela área dos Transportes:
- Aceder ao “Fluxo PRAIAV-RAM”, após a inserção dos elementos e documentos pela Segunda Outorgante, para analisar e validar a informação submetida;
 - Analisar e validar a documentação inserida e a elegibilidade do apoio, com fundamento na documentação exigida nos termos do disposto nos artigos 5.º e 7.º do presente Regulamento;
 - Comunicar à Segunda Outorgante e ao beneficiário elegível a aprovação da candidatura e o montante do apoio a atribuir;

- d) Monitorizar o cumprimento das obrigações dos beneficiários elegíveis nas diversas fases do procedimento.
- 3 - A análise e validação, a que se refere a alínea b) do número anterior, deverá ser efetuada pelo organismo público responsável pela área dos transportes terrestres no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data da inserção dos elementos introduzidos pelas entidades intermediárias.
- 4 - O prazo mencionado no número anterior suspende-se nas situações em que sejam formulados pedidos de esclarecimento ao organismo público responsável pela área dos transportes terrestres relacionados com o respetivo procedimento de atribuição de apoio.
- 5 - Compete ao organismo público responsável pela área dos transportes terrestres autorizar o reajustamento a que se refere o n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento.
- 6 - O organismo público responsável pela área dos transportes terrestres encontra-se ainda obrigado à elaboração de um relatório final de execução de onde conste o montante global de todos os apoios concedidos bem como o número de veículos que foram abatidos ao abrigo do presente Regulamento.

CLAÚSULA SEXTA (Formalidades a observar)

- 1 - A Segunda Outorgante garante que, para efeitos de recebimento dos montantes por si adiantados, a sua situação tributária e contributiva se encontra regularizada, facto que deve ser demonstrado através da apresentação das correspondentes certidões ou concedendo autorização para a respetiva consulta.
- 2 - A Segunda Outorgante, no ato de assinatura do protocolo, facultará certidão emitida pelo Banco, assinada e carimbada, com o IBAN para o qual pretende que seja efetuada a transferência bancária das verbas devidas pela Primeira Outorgante.

CLAÚSULA SÉTIMA (Acompanhamento e verificação)

O acompanhamento de todos os procedimentos objeto do presente protocolo é efetuado por representantes das partes, a designar no prazo máximo de 8 (oito) dias, contados a partir da data da assinatura do mesmo por forma a garantir maior eficiência e eficácia, bem como a fiabilidade dos termos e condições acordados.

CLAÚSULA OITAVA (Denúncia)

As partes poderão denunciar o presente protocolo mediante declaração de vontade expressa, a dirigir para os endereços constantes da identificação de cada uma delas, com a antecedência mínima de 15 dias seguidos, relativamente à data em que o pretendem fazer cessar.

CLAÚSULA NONA (Vigência)

O presente protocolo vigorará por período equivalente ao da vigência do Regulamento de Incentivo ao Abate de Veículo Elétrica na Região Autónoma da Madeira, com termo até ao dia 31 de dezembro de 2021.

CLAUSULA DÉCIMA
(Modificações do protocolo)

- 1- O presente protocolo pode ser alterado por acordo escrito das partes e nas demais situações previstas na lei.
- 2- Nenhuma das partes pode ceder ou transferir os direitos e obrigações emergentes do protocolo para outra entidade, sem o consentimento prévio escrito da outra parte.
- 3- O presente protocolo pode ser objeto de revisão caso ocorram alterações significativas na legislação e regulamentação que tenham impacto na execução das condições aqui reguladas.
- 4- O presente protocolo é celebrado em três exemplares originais, ficando dois exemplares na posse do Primeiro Outorgante e um exemplar na posse da Segunda Outorgante.

Assinado, em ... de de 2021

Primeira Outorgante, A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, REPRESENTADA PELO SECRETÁRIO REGIONAL DE ECONOMIA

(Rui Miguel da Silva Barreto)

Segunda Outorgante, O CENTRO DE ABATE ADERENTE, REPRESENTADO PELO

(.....)

ANEXO II AO REGULAMENTO

MINUTA DE DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA

(Identificação do beneficiário elegível ou do seu representante com poderes bastantes para o ato), portador do BI/CC n.º, titular do NIF, com domicílio no Concelho, Região Autónoma da Madeira, declara sob compromisso de honra, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículos na Região Autónoma da Madeira, que promove o abate de veículos em fim de vida (VFV), através da atribuição pelo Governo Regional, de um apoio financeiro a fundo perdido aos proprietários dos mesmos, privilegiando a sua substituição através da aquisição de veículos novos ou usados mais eficientes em termos energéticos e ambientais, que:

- a) Procedeu à entrega de toda documentação exigida pelo Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículo, aprovado pela Portaria n.º .../2021, de ... de
- b) Não prestou falsas declarações;

- c) Possui domicílio fiscal na Região Autónoma da Madeira;
- d) Autoriza a entidade intermediária, designada por (nome do operador), a formalizar candidatura no Fluxo “PRIAV-RAM”;
- f) Prestará os esclarecimentos, que no decorrer da candidatura, forem solicitados pelo organismo público responsável pela área dos transportes terrestres;
- g) Comunicará ao organismo público responsável pela área dos transportes terrestres através do endereço eletrónico mobilidade.terrestre@madeira.gov.pt, as alterações inerentes a todas as obrigações constantes do Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículo na Região Autónoma da Madeira;
- h) Não beneficia da atribuição de apoio de natureza idêntica;
- i) Comprova que o veículo está livre de ónus e encargos;

Declara ainda que:

- a) Tomou conhecimento que a falsificação de documentos ou a prática de atos ou omissões das quais resulte a violação do disposto no Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículo na Região Autónoma da Madeira, assim como, o incumprimento dos prazos nele estipulados, implica a reposição dos montantes recebidos a título deste apoio, sem prejuízo das demais consequências designadamente, de natureza criminal;
- b) Tomou conhecimento que o Regulamento, aprovado pela Portaria n.º .../2021, de... de ..., exige a recolha, tratamento e transmissão de um conjunto de dados pessoais, sem os quais não será possível beneficiar do apoio e, nessa medida, presta o seu consentimento para efeitos de Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nos termos seguintes:
 - i. Autoriza a recolha e tratamento dos meus dados pessoais pelas Entidades Intermediárias no âmbito do modelo de apoio instituído pelo Regulamento do Programa de Incentivo ao Abate de Veículo na Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Portaria n.º .../2021, de ...
 - ii. Autoriza que os dados recolhidos pelas entidades intermediárias possam ser armazenados e tratados pelo Governo Regional da Madeira, de forma a que estes possam ser reaproveitados no “Fluxo PRIAV-RAM”.
 - iii. Declara conhecer que se revogar as autorizações mencionadas nos pontos i) e ii) é motivo de exclusão do presente modelo de apoio.

Funchal, ... de de 2021.

O Declarante,

(assinatura reconhecida para o ato)

ANEXO III AO REGULAMENTO

LISTA DOS CENTROS DE ABATE NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Operadores de Gestão de Resíduos que se encontram devidamente licenciados, pela Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), para o abate de veículos em fim de vida (VFV), nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que estabelece o regime geral de gestão de resíduos, e do Decreto n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão dos fluxos específicos de resíduos, designadamente dos VFV, são os infra indicados:

Operador	NIF	Alvará n.º	Validade	Morada	Código Postal	Contacto telefónico	Endereço Correio eletrónico
<i>António & Isidro, Lda.</i>	511042701	1/2017	14-06-23	Caminho do Telégrafo, n.º 6	9125-258 Caniço	918557036/ 962956669	antonioisidro@live.com.pt
<i>DVG - Desmantelamento de Veículos do Garachico, Lda.</i>	510777139	1/2014	28-04-23	Parque Empresarial Câmara de Lobos, Pavilhão 9, Estrada da Ribeira Garcia	9300 – 324 Câmara de Lobos	966943641	dvg-2013@outlook.com
<i>Hipersucata, Lda.</i>	510552390	3/2015	07-12-21	Rua Dr. Francisco Peres, Edifício Alberto Teixeira, Loja G	9125-014 Caniço	915201228	hipersucata@hotmail.com
<i>HJ Sucata, Lda.</i>	513838945	4/2018	10-04-21	Rua da Paz, n.º 24	9125-160 Caniço	965010242	hjsucata@hotmail.com
<i>Madeira Cartão - Sociedade de Triagem, Lda.</i>	511194439	1/2018	01-09-21	Estrada do Pinheirinho	9135-415 Camacha	291924167	madeiracartao@netmadeira.com
<i>MWR – Madeira Waste Recycling, Lda.</i>	509918611	3/2016	09-11-22	Caminho Municipal da Portela, entrada 164, estaleiro n.º 3	9135 – 379 Camacha	291923617	info@gruporodrigues.pt

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Portaria n.º 130/2021

de 24 de março

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1-18/2020/M e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo Regional através do Vice-Presidente do

Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia o seguinte:

- Os encargos orçamentais relativos à aquisição de serviços de assistência técnica e manutenção completa ao elevador da Escola EB 123/PE Bartolomeu Perestrelo, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada, os quais são acrescidos IVA à taxa legal em vigor:

2021	€ 1.071,00;
2022	€ 1.428,00;

2023	€ 1.428,00;
2024	€ 1.428,00;
2025	€ 1.428,00;
2026	€ 357,00

- 2 - A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica Secretaria 45; Capítulo 01; Divisão 07; Subdivisão 02; Classificação económica 020219 CS00; Fonte de Financiamento 381.
- 3 - A verba necessária para os anos económicos de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 será inscrita nos respetivos orçamentos.
- 4 - Esta Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Funchal, 17 de março de 2021,

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Jorge Maria Abreu de Carvalho

Portaria n.º 131/2021

de 24 de março

Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1-18/2020/M e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo Regional através do Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia o seguinte:

- 1 - Os encargos orçamentais relativos à aquisição de serviços Contrato de Aquisição de Serviços para Prevenção e Eliminação de Pragas (desbaratização, desratização e desinsetização) e Manutenção e Limpeza de Equipamentos Insetocaçadores (unidades eletrónicas de controlo de insetos voadores) da Escola EB 123/PE Bartolomeu Perestrelo, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada, os quais são acrescidos IVA à taxa legal em vigor:

2021	€ 1.853,49;
2022	€ 2.471,33;
2023	€ 2.471,33;
2024	€ 617,84;
- 2 - A despesa prevista para o corrente ano económico tem cabimento na rubrica Secretaria 45; Capítulo 01; Divisão 07; Subdivisão 02; Classificação económica 020225 S000; Fonte de Financiamento 381.
- 3 - A verba necessária para os anos económicos de 2022, 2023 e 2024 será inscrita nos respetivos orçamentos.
- 4 - Esta Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Funchal, 18 de março de 2021,

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Jorge Maria Abreu de Carvalho

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

Portaria n.º 132/2021

de 24 de março

Dando cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por referência ao disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, manda o Governo Regional, através do Vice-Presidente do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e do Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil, o seguinte:

1. Redistribuir e alterar os encargos orçamentais previstos na Portaria n.º 643/2020, de 1 de outubro, publicada no JORAM, I série, n.º 190, de 8 de outubro, para a aquisição de material para cifoplastias, para o SESARAM, EPERAM, pelo prazo de 1 (um) ano com possibilidade de renovação por idênticos períodos, até ao limite máximo de 3 (três) anos de vigência, com o preço base global de EUR 1.331.025,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil e vinte e cinco euros), acrescido de IVA, na forma abaixo indicada:

Ano Económico de 2021	€ 370.742,12;
Ano Económico de 2022	€ 443.675,00;
Ano Económico de 2023	€ 443.675,00;
Ano Económico de 2024	€ 72.932,88.
2. A despesa emergente do contrato a celebrar está prevista na fonte de financiamento 319, classificação económica D.02.01.11 do orçamento do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM para 2021.
3. Os encargos para os anos seguintes serão considerados nos respetivos orçamentos.
4. A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.
5. Esta Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, no Funchal, aos 17 dias do mês de março de 2021.

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado

O SECRETÁRIO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL, Pedro Miguel de Câmara Ramos

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES****Portaria n.º 133/2021**

de 24 de março

Dando cumprimento ao artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, em conjugação com o artigo 49.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, manda o Governo Regional da Madeira, através do Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, o seguinte:

- 1.º Os encargos orçamentais relativos ao Contrato-Programa a celebrar entre a Região Autónoma da Madeira, através da Vice-Presidência do Governo, e a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., tendo em vista a comparticipação de despesas de investimento desta sociedade, com início no ano de 2021, no valor global de € 8 450 000,00 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros), encontram-se escalonados da forma abaixo indicada:
 - a) Ano económico de 2021 € 1 575 000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil euros).

- b) Ano económico de 2022 € 4 575 000,00 (quatro milhões, quinhentos e setenta e cinco mil euros).

- c) Ano económico de 2023 € 2 300 000,00 (dois milhões e trezentos mil euros).

- 2.º A despesa relativa ao ano económico de 2021 tem cabimento no Orçamento da Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, Classificação Orgânica 43.9.50.01.03, Classificação Económica D.08.04.03.00.00, Programa 052, Medida 026, Área funcional 045, Projetos 52550, 52559, 52560, 52561 e 52562, Fonte de Financiamento 381, compromisso n.º CY52105537, o mesmo acontecendo em 2022 e 2023, através de verbas adequadas a inscrever no orçamento do mesmo organismo.

- 3.º A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira,
Assinada em 23 de março de 2021.

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL E DOS
ASSUNTOS PARLAMENTARES, Pedro Miguel Amaro de
Bettencourt Calado

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries.....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa.....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial
Gabinete do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 4,26 (IVA incluído)